


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0022530-66.2011.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 29/10/2013 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

**RELATÓRIO**

**KELY GIANE CASALE** e **MAURO SERGIO CASALE** propõem ação contra **CG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA** e **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, pedindo a indenização pelos danos causados ao veículo Fiat / Uno Mille, de propriedade da autora, em acidente de trânsito ocorrido em 09/06/10, ocasião em que o veículo, conduzido pelo autor, colidiu com caminhão de propriedade da ré e conduzido por motorista desta, em execução de obra contratada pelo réu.

Os réus contestaram. O Município de São Carlos (fls. 62/77) alegou ilegitimidade passiva e, no mérito, aduz a culpa exclusiva do autor. A CG Engenharia e Construtora Ltda. (fls. 97/100) argumenta, da mesma forma, que o autor foi o responsável pelo acidente, e, subsidiariamente, que o montante pleiteado é excessivo. A ré também denunciou à lide o motorista do caminhão (fls. 112/114).

Os autores replicaram (fls. 123/129).

O processo foi saneado com o afastamento da preliminar de ilegitimidade passiva deduzida pelo réu e o indeferimento da denunciação da lide oferecida pela ré, determinando-se ainda a colheita de prova oral (fls. 131), ouvindo-se durante a instrução o autor (fls. 141/142), a autora (fls. 143), e testemunhas (fls. 144, 145/146, 157, 158). As partes apresentaram memoriais (fls. 162/163, 166/167).

**FUNDAMENTAÇÃO**

O acidente ocorreu no cruzamento das ruas *Anita Stella* e *Professor Luis Augusto de Oliveira*, identificado no croquis de fls. 13. O autor transitava, no veículo de propriedade da autora, na rua *Anita Stella*. Ao ingressar no cruzamento com a rua *Professor Luis Augusto de Oliveira*, o caminhão conduzido em marcha-ré pelo motorista da ré colidiu na lateral direita do automóvel conduzido pelo autor. A rua Professor Luis Augusto de Oliveira estava em obras, e o caminhão estava lá para fazer a recomposição asfáltica. A ré foi contratada pelo réu para o recapeamento (fls. 79/85). O caminhão era de propriedade do réu e o motorista funcionário da ré consoante depoimentos (fls. 157/158).

As provas amealhadas evidenciam a culpa concorrente do autor e do motorista do caminhão, funcionário da ré CG Engenharia e Construtora Ltda.

Inexistiu culpa do Município de São Carlos, mas este é responsável, como será visto.

Vejamos o que foi provado.

As testemunhas ouvidas às fls. 144, 145/146, e a prova documental de fls. 88 e 91, evidenciam que havia sinalização indicativa das obras, de modo que, ao contrário do alegado na inicial, não houve culpa da Municipalidade no exercício de suas atribuições.

Passa-se à análise da culpa dos motoristas, ou seja, o autor e o motorista do caminhão.

A culpa foi concorrente.

O autor, em tais circunstâncias, deveria redobrar seu cuidado. Não exsurge dos autos


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

que o caminhão já não estivesse efetuando a manobra de marcha-ré assim que o autor ingressou no cruzamento e parou o veículo. Quer dizer, se o autor, em razão das obras, tivesse tido cautela especial e observado os dois lados da rua *Professor Luis Augusto de Oliveira*, teria impedido o acidente. Saliente-se que, como observado por testemunha ouvida às fls. 145/146, o caminhão emite sinal sonoro estridente quando em marcha-ré, o que confirma a conclusão de que o autor foi desatento e a desatenção colaborou para o incidente.

O motorista do caminhão, de outra sorte, também foi imprudente. A manobra de marcha ré, esteja ou não em obras a via pública – pois mesmo em obras podem, embora em menor escala, circular veículos e pessoas, caso do autor, que não infringiu qualquer proibição -, reclama singular cautela, pois imprevisível pelos demais usuários, tanto que o CTB considera infração grave transitar em marcha à ré desnecessariamente e, mesmo se necessário, sem fazê-lo de forma a não causar riscos à segurança (art. 194). Ademais, o motorista do caminhão, por tratar-se de veículo pesado, deve ter cuidado para não atingir veículos menores e pedestres, segundo o art. 29, § 2º do CTB, ao preceituar que "os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores".

Sob tal contexto, tem-se que o autor foi culpado pelo acidente, e o motorista do caminhão também, ambos na mesma proporção, devendo os danos no Uno Mille serem suportados meio a meio.

Quanto à extensão dos prejuízos, os orçamentos que instruem a inicial (fls. 26, 29, 30, 31, total de R\$ 2.980,00) são compatíveis com os preços praticados no mercado e com os danos ocorridos no veículo (fls. 15/25), assim como os medicamentos adquiridos (fls. 32, R\$ 47,16) foram prescritos no mesmo dia do acidente (fls. 33), quando o autor feriu-se e foi conduzido à Santa Casa (fls. 12vº), evidenciando guardarem nexo de causalidade com os fatos. Assim, o montante postulado na inicial, R\$ 3.027,16, está correto. Tendo em vista a culpa concorrente, a ré CG Engenharia e Construtora Ltda será obrigada a pagar a metade.

No concernente ao Município de São Carlos, apesar de não ter havido culpa ou falha na prestação de serviço, de sua parte, o fato de a empresa ré ter sido contratada e estar na execução de serviço público que lhe cabia, atrai a sua responsabilidade, que é solidária.

Como bem anota Sérgio Cavalieri Filho, "se a obra é do Estado e sempre deriva de um 'ato administrativo' de quem ordena a sua execução, não faz sentido deixar de responsabilizá-lo simplesmente porque a mesma está sendo executada por um particular, mormente quando este, comprovadamente, agiu culposamente. A Administração Pública, e só a ela, competia executar as obras através dos seus órgãos competentes. Se preferiu cometer a uma empresa privada a realização dessas obras, não há de ser por isso que a sua responsabilidade deva ser desviada. Tenha-se em vista que o executor da obra é um 'agente' do Estado, e, como tal, a Administração responde pelo dano que ele vier a causar, admitindo-se a responsabilidade solidária do executor da obra no caso de ter agido com culpa, o que, sem dúvida, torna a posição da vítima mais garantida" (v. "Programa de Responsabilidade Civil", 6a edição, Malheiros Editores, p. 272).

Nesse sentido, já decidiu a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que:

**"O fato é que a Municipalidade contratou a obra pública e quando isso ocorre, ela transfere a obrigação de realizar a obra que sempre será sua a terceiro que a substitui na execução mediante pagamento, sem que a responsabilidade pela edificação possa ser retirada do Poder Público. Mesmo que assim não fosse, os fatos demonstrados nos autos provam que o preposto da Municipalidade, por ela livremente escolhido, deixou de agir com a cautela que dele se deveria exigir, de forma que ainda que afastada a responsabilidade objetiva da Municipalidade, restaria intacta a culpa aquiliana, o que implica em reconhecer sua**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. E os argumentos já expendidos, aliados aqueles constantes da R. Sentença se prestam a afastar o pleito da Municipalidade, pois resta inequívoca sua responsabilidade, decorrente quer da responsabilidade objetiva, quer da culpa por ter escolhido empreiteira que deixou de cercar a obra e dotá-la de meios de proteção. Não se pode olvidar que aquele que contrata a construção de obra se responsabiliza pelos atos de seu preposto, o que derruba os argumentos expendidos em suas razões de recurso." (Apelação Cível nº 291.839.5/6-00, relator o Desembargador LINEU PEINADO, julgado em 25/07/06).

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e CONDENO os réus CG Engenharia e Construtora Ltda e Município de São Carlos, solidariamente, a pagarem aos autores a quantia de R\$ 1.513,58, com atualização monetária desde julho/2010 (orçamentos) e juros moratórios de 1% ao mês desde 09.06.10 (Súm. 54, STJ). Os autores arcarão, solidariamente, com 50% das custas e despesas processuais. Os réus, solidariamente, com os outros 50%. Os honorários advocatícios compensam-se integralmente (Súm. 306, STJ).

P.R.I.

São Carlos, 11 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**